CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

Edição especial | Novembro 2022
Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra

GRANDIOSO 9.º CONGRESSO DA CNA

ENORME ÊXITO DO 9.º CONGRESSO DA CNA E DA AGRICULTURA FAMILIAR



CADERNO TÉCNICO
AGENDA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO 2022/2030 - CECAFA

Co-financiado por:
PDR2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas Zonas Rurais

SUMÁRIO



.03 **EDITORIAL**
Viva a Agricultura Familiar e a CNA, a sua Confederação!

.04 **DESTAQUE**
Cerca de um milhar de Agricultoras e Agricultores construíram o grandioso 9º Congresso da CNA

.06 **MOÇÕES**
Aprovadas várias moções sobre assuntos mais prementes para a produção nacional

.09 **CADERNO TÉCNICO**
AGENDA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO 2022/2030

.23 **BOLETIM DE PREÇOS**

.25 **ROSOLUÇÃO**
Resumo da resolução do 9º Congresso da CNA – As propostas da Agricultura Familiar Portuguesa

.29 **INTERNACIONAL**
Assembleia Geral da ECVC reúne dezenas de organizações camponesas em Portugal

.30 **PROCLAMAÇÃO**
Aprovada por unanimidade a Proclamação das 12 Medidas Urgentes para defender a produção nacional

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO CNA – Confederação Nacional da Agricultura **NIF:** 500817812 **Morada / Sede da Redacção** Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 | COIMBRA **Tel.:** 239 708 960 **E-mail:** cna@cna.pt **URL:** www.cna.pt **DELEGAÇÃO EM LISBOA** Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº | 1100-288 LISBOA **DELEGAÇÃO EM VILA REAL** Rua Marechal Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158 | 5000-525 VILA REAL **Tel.:** 259 348 151 **Fax:** 259 348 153 **E-mail:** cnavreal@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM ÉVORA** Rua 5 de Outubro, 75 | 7000-854 ÉVORA **Tel.:** 266 707 317 **E-mail:** ruralentejo@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM BRUXELAS** Rue Grisar 38, | 1070 Anderlecht, BRUXELAS **Tel.:** 0032 22173112 - 0032 22184509 | **Título** Voz da Terra **Directora** Adélia Vilas Boas **Fotos** Arquivo da CNA **Redactores da Separata** *"Caderno Técnico"* Ângela Dias, Susana Ferreira e Pedro Santos **Periodicidade** Bimestral **Tiragem** 10 000 exemplares **Depósito Legal** N.º 117923/97 **Registo na ERC** 123631 **Composição, Paginação e Impressão** Traços Hábeis Unipessoal, Lda **Sede do impressor** Ed. Maquijig - Pq. Industrial das Carrascas, 2950-402 Palmela
Os textos assinados são da responsabilidade dos autores Estatuto Editorial Disponível em: http://www.cna.pt

A **CNA** está filiada na **Coordenadora Europeia Via Campesina**

CNA
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

EDITORIAL

Viva a Agricultura Familiar e a CNA, a sua Confederação!

"*Concretizar o Estatuto, Defender a Agricultura Familiar, Lutar pela Soberania Alimentar*", foi o toque a rebate que levou um milhar de agricultoras e agricultores familiares de todo o país a Viseu, em 6 de Novembro passado, e se mobilizassem para participar no 9º Congresso da CNA.

Numa situação de extrema dificuldade, no nosso trabalho e rendimento, saímos deste Congresso com força e ânimo redobrados para gritar que isto assim não pode continuar e que a situação tem culpados.

Os culpados são o sistema produtivo e alimentar hoje dominante, na mão das grandes corporações internacionais da produção intensiva e deslocalizada, das agro-indústrias a montante e a jusante da produção que as servem (ou dominam), das cadeias internacionais de distribuição que fazem da alimentação uma mera fonte de lucro, do crescente poder do capital financeiro que assim se apropria das terras e da vida, da União Europeia e dos Governos ao serviço destes interesses.

O 9º Congresso da CNA contou com a participação de numerosos convidados, entre os quais mais de 80 representantes de organizações camponesas de diversos países, que por esses dias escolheram o nosso país para realizar a Assembleia da Coordenadora Europeia Via Campesina, numa demonstração de unidade e solidariedade com a luta da CNA, também participou a Ministra da Agricultura e o Presidente da República, que fez uma intervenção (gravada) de reconhecimento e incentivo à nossa luta.

Nas numerosas intervenções foram abordados os problemas estruturais e actuais com que a Agricultura Familiar se confronta, foram aprovados importantes documentos como a Resolução do 9º Congresso, diversas Moções sectoriais e a Proclamação da CNA, documento que consubstancia as principais reclamações a curto e médio prazo, que nos orienta para a luta necessária pelos nossos interesses e direitos.

Todos juntos vamos lutar para fazer valer os nossos direitos, o direito à terra, a produzir e ter o nosso trabalho justamente renumerado, o direito de, nós e os nossos filhos, podermos continuar a viver nas nossas regiões e a amanhar as nossas terras.

O futuro está nas nossas mãos, na luta das agricultoras e dos agricultores organizados nas Associações filiadas na CNA, procurando e construindo unidade com outros sectores, contra a destruição do nosso trabalho. Todos juntos vamos lutar para fazer valer os nossos direitos, o direito à terra, a produzir e ter o nosso trabalho justamente renumerado, o direito de, nós e os nossos filhos, podermos continuar a viver nas nossas regiões e a amanhar as nossas terras, o direito das populações a uma alimentação de qualidade e proximidade com os nossos bons produtos, a preços justos, o direito do nosso país à Soberania Alimentar.

Ao aproximarmo-nos do 45º Aniversário da CNA (26 de Fevereiro de 2023), continuaremos a honrar um património de luta coerente, a dedicação, o esforço e a combatividade das mulheres e dos homens que construíram e constroem a CNA e lhe dão vida, continuaremos a lutar por uma vida melhor nos campos, pelo direito a produzir a preços justos e por melhores rendimentos, na defesa das nossas terras e regiões para alcançar a Soberania Alimentar.

Viva a Agricultura Familiar!
Viva a CNA – Confederação Nacional da Agricultura!

O Executivo da Direcção da CNA





Cerca de um milhar de Agricultoras e Agricultores construíram o grandioso 9º Congresso da CNA

Importa ainda destacar a importância institucional desta grande iniciativa da CNA e das Filiadas com uma saudação do Senhor Presidente da República, com uma mensagem em vídeo, da presença da Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, e do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu.

O 9º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar, com o lema "Concretizar o Estatuto, Defender a Agricultura Familiar, Lutar pela Soberania Alimentar", realizou-se em Viseu, a 6 de Novembro e foi uma grande iniciativa da Agricultura Familiar portuguesa.

Estiveram reunidos cerca de mil agricultoras e agricultores, compartes dos baldios, amigos do Mundo Rural, convidados nacionais e internacionais, a debater os problemas concretos, a analisar e a elaborar propostas para a construção de um futuro melhor no sector agrícola.

Foram aprovadas propostas da maior relevância para a actuação da CNA e das Filiadas com destaque para a Resolução, as Moções e a Proclamação com as 12 Medidas Urgentes.

Os intervenientes, oriundos de Norte a Sul do País, focaram-se nos temas principais para a actividade da CNA, com a apresentação do balanço da actividade da Confederação entre congressos, e a situação do sector e do desenvolvimento rural. São exemplo dos temas abordados os preços pagos à produção, que não são compensatórios, a iminente aplicação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), o Estatuto da Agricultura Familiar, a defesa do Mundo Rural e o agigantar dos problemas relacionados com os prejuízos causados por animais selvagens, a situação das florestas e dos baldios, a produção leiteira, o Douro e a produção vitivinícola, o sector cerealífero, a situação das mulheres agricultoras e rurais, o ambiente e os impactos da seca e de outros fenómenos extremos.

Importa ainda destacar a importância institucional desta grande iniciativa da CNA e das Filiadas com







uma saudação do Senhor Presidente da República, com uma mensagem em vídeo, da presença da Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, e do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, estes últimos com intervenção no Congresso. Contamos ainda com a saudação e presença de muitas organizações amigas da CNA e do Mundo Rural.

Estiveram presentes no 9º Congresso da CNA inúmeras organizações camponesas europeias filiadas na Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC), da qual a CNA é membro, protagonizando um importante momento de solidariedade internacional com a saudação ao Congresso de Morgan Ody, Secretária-Geral da Via Campesina Internacional e membro do Comité Coordenador da Coordenadora Europeia da Via Campesina. Uma demonstração de força e esperança do movimento camponês europeu e internacional na construção da Soberania Alimentar dos povos.

O 9º Congresso da CNA foi a confirmação da força da Agricultura Familiar e dos pequenos e médios agricultores que, no regresso às suas terras, aos seus campos, levaram consigo a certeza de que podem continuar a confiar na CNA e nas Filiadas em defesa dos seus sagrados direitos.





O Congresso da CNA integrou a campanha europeia levada a cabo pela Good Food Good Farming (GFGF) sobre a necessidade de uma política de redução do uso de pesticidas e teve o apoio desta aliança da sociedade civil que faz campanha por alimentos e agricultura sustentáveis em toda a Europa desde 2018 (https://www.goodfoodgoodfarming.eu/). Esta campanha surge num momento em que a UE está a debater a sua política sobre o uso de pesticidas.



Aprovadas várias moções

SOBRE ASSUNTOS MAIS PREMENTES PARA A PRODUÇÃO NACIONAL

Durante o plenário do 9.º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar foram apresentadas e votadas moções sobre os principais problemas com que os agricultores se confrontam e disponibilizadas nas pastas aos delegados.

Vários dirigentes da CNA introduziram as moções sujeitas a votação, com intervenções temáticas sobre os assuntos mais prementes para a produção nacional e o Mundo Rural. A primeira moção foi apresentada por Berta Santos que abordou a questão dos preços pagos à produção agrícola e dos aumentos dos preços dos factores de produção (ex. rações para animais), João Dinis introduziu a moção sobre os prejuízos causados por javalis e outros animais selvagens e Alfredo Campos falou sobre os Direitos dos Camponeses e o Estatuto da Agricultura Familiar. Já Isménio de Oliveira interveio sobre a Política Agrícola Comum, Sílvia Martins sobre as questões das mulheres agricultoras e rurais e, por fim, João Morais sobre a situação de seca em Portugal, introduzindo a moção sobre Ambiente e Agricultura Familiar.

Todas as moções foram aprovadas por unanimidade à excepção da Moção sobre os prejuízos causados por animais selvagens, que teve um voto contra.

Destacamos de seguida algumas das propostas aprovadas.





MOÇÃO. POR UM RENDIMENTO CONDIGNO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS

1. Intervenção do governo na regulação e garantia do escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e florestais a preços justos à produção;
2. Controlo dos preços dos factores de produção, designadamente combustíveis, energia, fitofármacos, fertilizantes, sementes, rações para animais, maquinarias, entre outros;
3. Promoção e adopção regulamentar dos circuitos curtos e mercados de proximidade, designadamente através de Cantinas e outros estabelecimentos públicos.
4. Indispensável regulamentação, pela via legislativa, da actividade comercial dos hipermercados e grandes superfícies comerciais;
5. Proibição da venda com prejuízo em todos os elos da cadeia agroalimentar.
6. Regulamentar e controlar as importações, de forma a salvaguardar a comercialização da produção nacional.



MOÇÃO. PELO PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES AOS AGRICULTORES PREJUDICADOS POR JAVALIS E OUTROS ANIMAIS SELVAGENS. PELO CONTROLO SANITÁRIO E DA DENSIDADE DAS POPULAÇÕES DESTES ANIMAIS

1. Atribuição de "indemnizações" automáticas, por parte do ICNF, sem prejuízo do direito de retorno, por forma a ressarcir os afectados dos prejuízos provocados por animais selvagens à Agricultura Familiar e aos Agricultores;
2. Que o ICNF, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Ambiente e da Acção Climática garantam o controlo das populações de animais selvagens, designadamente o controlo sanitário, para que, também assim, se regularize a situação que se tem mantido fora de controlo;
3. Alteração do Decreto-Lei n.º 2/2011, de forma a responsabilizar mais o Ministério da Agricultura, o Ministério do Ambiente e da Acção Climática, e o ICNF, Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, pelos prejuízos causados por animais selvagens, sobretudo nas regiões onde a situação esteja fora de controlo, e para gerir casos de incumprimento por parte de outras entidades envolvidas.



MOÇÃO. DIREITOS DOS CAMPONESES E SOBERANIA ALIMENTAR, COM O ESTATUTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

1. Redefinição dos critérios de atribuição do Estatuto;
2. Reactivação da Comissão Nacional da Agricultura Familiar;
3. Dotação do Orçamento do Estado para a criação de um Plano Integrado de Promoção e Valorização da Agricultura Familiar abrangendo os diversos Ministérios, com medidas específicas e priorizadas. Por exemplo, no direito à terra e ao escoamento das produções a preços compensatórios.

"Todas as moções foram aprovadas por unanimidade à excepção da Moção sobre os prejuízos causados por animais selvagens, que teve um voto contra.

MOÇÕES







MOÇÃO. POR OUTRA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM QUE RESPEITE A SOBERANIA ALIMENTAR DE PORTUGAL E PROMOVA O DESENVOLVIMENTO DAS ZONAS RURAIS

1. Que a orientação da PAC e do PEPAC inclua os princípios da Soberania Alimentar, promovendo o desenvolvimento da Agricultura Familiar;
2. Reintrodução de medidas de controlo dos mercados que fomentem a produção em todos os Países e Regiões;
3. Ajudas atribuídas só a quem produz;
4. Todas as ajudas moduladas e plafonadas.

MOÇÃO. SEMEAMOS SOBERANIA E SOLIDARIEDADE ALIMENTAR: AS MULHERES AGRICULTORAS E RURAIS TÊM DIREITO A UMA VIDA DIGNA!

1. Reafirmação do direito a produzir, a uma alimentação de qualidade e à valorização dos preços da produção nacional;
2. Valorização dos mercados e feiras, locais privilegiados da venda de produtos agrícolas e factores de produção, desburocratizando as exigências legais;
3. Eliminação de todas as formas de desigualdades, discriminações e violências, pela igualdade, pelo progresso e pela Paz.



MOÇÃO. O AMBIENTE E A AGRICULTURA FAMILIAR

1. A Agricultura Familiar, que arrefece o planeta e alimenta o mundo, deve ser mais e melhor apoiada pelos poderes públicos, dando prioridade e preferência à Agricultura Familiar, aos pequenos e médios agricultores, designadamente no acesso à terra e aos recursos naturais, às produções autóctones e tradicionais, aos alimentos delas obtidos, à floresta multifuncional e à prevenção dos incêndios florestais;
2. Ressarcimento da Agricultura Familiar dos prejuízos causados por intempéries e a restituição do potencial produtivo das explorações agrícolas e florestais, de forma simplificada e desburocratizada;
3. Reforço do Ministério da Agricultura, com recursos para apoiar os agricultores face a situações extremas e agir planeada e atempadamente.

TODAS AS MOÇÕES COMPLETAS PODEM SER CONSULTADAS NO SÍTIO DA CNA WWW.CNA.PT.

AGENDA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO 2022/2030

CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA (CECAFA)

POR ÂNGELA DIAS, SUSANA FERREIRA E PEDRO SANTOS



"Apoiar a promoção do conhecimento e das competências, ao nível das explorações agrícolas familiares, da eficiência energética e do uso de energias renováveis, a economia circular e a autonomia das explorações, a adaptação/mitigação às alterações climáticas e a gestão eficiente de recursos naturais, como a água, o solo, o ar e a biodiversidade."

PARTE DA MISSÃO DO CECAFA N.º 3 DO ARTIGO N.º 3 DO PROTOCOLO DE CONSTITUIÇÃO DO CENTRO DE COMPETÊNCIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

Co-financiado por:
PDR 2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA



ENQUADRAMENTO

■ Nas últimas décadas, a diminuição acentuada do número de explorações agrícolas familiares em Portugal, mais de metade do número total das explorações agrícolas com menos de 5 ha desapareceram entre 1989 e 2019[1], e com elas, para além da produção, desapareceram uma vasta gama de benefícios sociais e ambientais.
O artigo dá a conhecer a Agenda de Investigação e Inovação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia – CeCAFA, que define as linhas de trabalho até ao fim da década com o objectivo central de fortalecer a Agricultura Familiar e afirmar o Modelo Agroecológico em Portugal.
As áreas de actuação, definidas aquando da constituição do CeCAFA, em Dezembro de 2021, organizam a intervenção em 4 eixos: investigação e inovação; partilha e transferência de conhecimento e capacitação; avaliação, monitorização e contributos para as Políticas Públicas; e articulação e organização entre as partes interessadas (Governança). Para cada um deles foram definidos os objectivos operacionais, medidas de actuação e as entidades a envolver. Para além disso, apresenta-se a articulação desta Agenda com a Agenda para a Inovação para a Agricultura "Terra Futura".
A Agenda dá o pontapé de saída para o trabalho do CeCAFA que será operacionalizada anualmente pela transposição para o Plano de Acção.

O CECAFA – CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

Foi a 28 de Dezembro de 2021 que foi homologado pelo Ministério da Agricultura o Protocolo que cria o Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia (CeCAFA), que tem como missão o desenvolvimento da Agricultura Familiar e a promoção e afirmação da Agroecologia em Portugal.
O CeCAFA visa constituir um espaço de partilha de conhecimentos e de congregação dos recursos e das competências existentes nas várias entidades que o compõem, de forma a reforçar a investigação, a difusão do conhecimento, a promoção da inovação e a qualificação dos produtores na valorização da Agricultura Familiar e da Agroecologia, contribuindo, assim, para a sustentabilidade do modelo produtivo, de transformação e de comercialização.

[1] INE, Recenseamento agrícola – séries históricas, 2021.

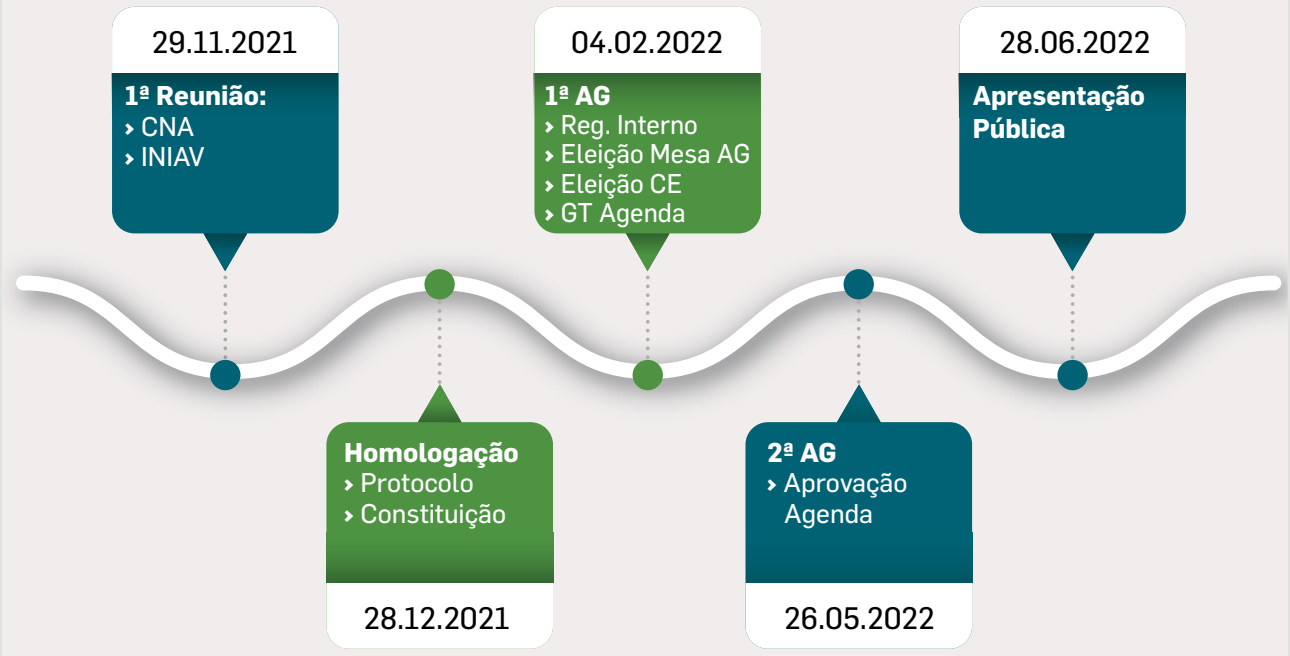


APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA AGENDA PARA A INOVAÇÃO DO CECAFA

ENTIDADES FUNDADORAS

- **CNA** – Confederação Nacional da Agricultura
- **MARP** – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas
- **BALADI** – Federação Nacional de Baldios
- **AJAP** – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
- **ACTUAR** – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento
- **ANIMAR** – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
- **DGADR** – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- **ESAC** – Escola Superior Agrária de Coimbra
- **ESAV** – Escola Superior Agrária de Viseu
- **FMT** – Federação Minha Terra
- **INIAV** – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
- **ISA** – Instituto Superior de Agronomia
- **UTAD** – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

GRÁFICO 1. CRONOGRAMA DO CECAFA (FONTE: APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA AGENDA PARA A INOVAÇÃO DO CECAFA)



AGENDA DE INOVAÇÃO DO CECAFA

MISSÃO E OBJECTIVOS

■ A valorização da agricultura numa visão sistémica e holística permite articular e harmonizar objetivos produtivos, com a alimentação e saúde humana, com o ambiente e economia das famílias.
Esta perspetiva alargada tem sido fortemente reconhecida ao mais alto nível, nomeadamente pela FAO – Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas por exemplo com a Década para a Agricultura Familiar (2018-2028), e em iniciativas nacionais como a "Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030" já que apresenta eixos de intervenção num claro apoio à agroecologia, à agricultura familiar e aos circuitos curtos agroalimentares, que vão de encontro aos domínios de atuação que constam do protocolo de constituição do CeCAFA.
A Agenda 22/30 define o trabalho do CeCAFA até ao fim da presente década e pretende envolver diversas entidades. Algumas já constituem o CeCAFA e outras que são aliadas (e que possam vir a integrar o centro) no cumprimento da missão e dos objectivos do Centro e na implementação das medidas definidas. Para tal serão envolvidos os Agricultores e as Agricultoras Familiares e suas organizações, as Cooperativas Agrícolas, o INIAV, Laboratórios Colaborativos, Instituições de Ensino Superior e Ensino Profissional, entre outras.

GRÁFICO 2. RESUMO: AS 5 MISSÕES DO CECAFA – FONTE: CECAFA, @ 2021

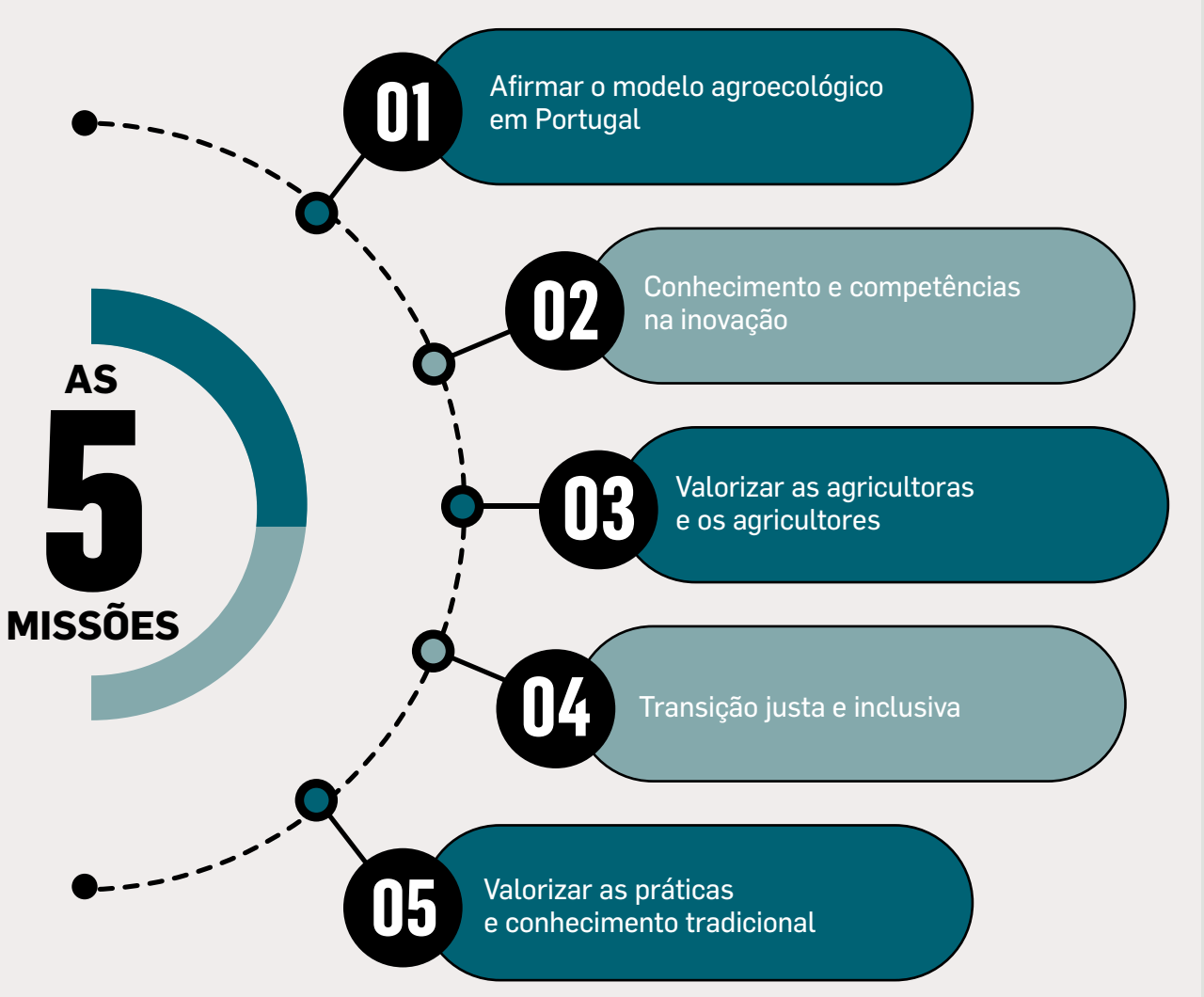
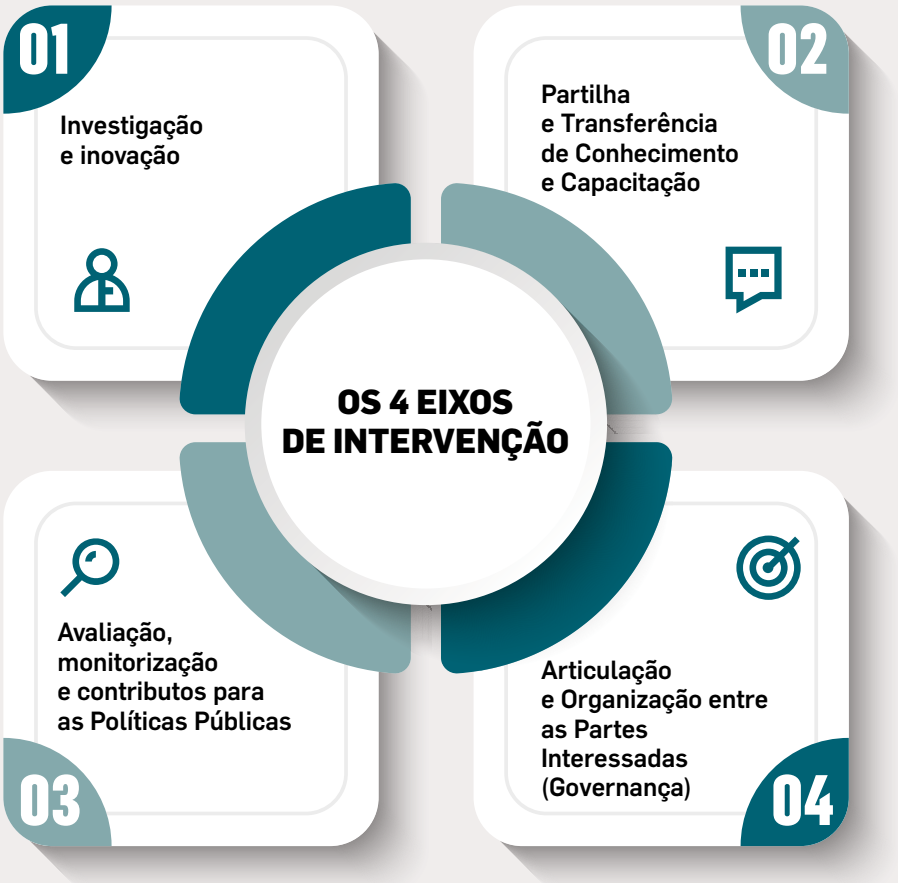


TABELA 1. DESCRIÇÃO DAS 5 MISSÕES DO CECAFA – FONTE: CECAFA, @ 2021

AS 5 MISSÕES DO CECAFA
▶ Contribuir para uma transição justa e inclusiva dos agricultores/as familiares no quadro do ajustamento inerente ao cumprimento do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia do Prado ao Prato para um Sistema Alimentar Justo, Saudável e Respeitador do Ambiente.
▶ Promover a afirmação do modelo agroecológico em Portugal, nos seus aspetos ambiental, económico e social e a aposta em circuitos curtos de comercialização e, consequentemente, a sustentabilidade do modelo produtivo, de transformação e de comercialização, a promoção de sistemas alimentares sustentáveis com a salvaguarda da saúde dos consumidores e dos agricultores/as e o equilíbrio dos ecossistemas agrários.
▶ Apoiar a promoção do conhecimento e das competências, ao nível das explorações agrícolas familiares, da eficiência energética e do uso de energias renováveis, a economia circular e a autonomia das explorações, a adaptação/mitigação às alterações climáticas e a gestão eficiente de recursos naturais, como a água, o solo, o ar e a biodiversidade.
▶ Contribuir para o reconhecimento e promoção dos conhecimentos tradicionais agroecológicos, a partir de um diálogo horizontal entre diferentes saberes e conhecimentos relevantes, que se respeitam e complementam.
▶ Criar e apoiar dinâmicas que visem a valorização profissional, remuneratória, económica e social dos agricultores e agricultoras, bem como a sustentabilidade financeira, a renovação geracional das explorações agrícolas familiares em Portugal e o acesso à terra, assim como o reforço do papel da mulher rural e da igualdade de género no sector agrícola.

GRÁFICO 3. RESUMO: OS 4 EIXOS DE INTERVENÇÃO



OS 4 EIXOS DE INTERVENÇÃO

■ De seguida apresentam-se os eixos de intervenção e os objectivos operacionais assim como as medidas de actuação respectivas.

I. INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

No âmbito da Investigação e Inovação a Agenda 22/30 pretende facilitar a integração de **novas tecnologias e técnicas** nas explorações agrícolas familiares, que permitam estimular a eficiência energética, a economia circular e a mitigação e adaptação às alterações climáticas.
A Agricultura Familiar Portuguesa tem património cultural importante no que respeita a práticas agrícolas, assim, pretende-se a identificação das **práticas agroecológicas** para o seu reconhecimento e valorização e a **preservação e valorização dos serviços dos ecossistemas** já prestados pela agroecologia e pela Agricultura Familiar. Nesta área de aprofundamento e fusão do conhecimento tradicional e da ciência propõe-se a sistematização e preservação do **conhecimento e diversidade biológica, tecnológica e cultural** tradicionalmente transmitida de geração em geração. Estas intervenções têm como centro a agricultora e o agricultor familiar, sendo que se pretende o alargamento do seu papel da produção para o consumo, aproximando a transformação, e valorização do conhecimento da agricultura familiar com abordagens na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Assim, e por fim, pretende-se a definição de modelos de gestão e de organização adaptados à realidade da agricultura familiar.

NOVAS TECNOLOGIAS E TÉCNICAS . COMO CONCRETIZAR ?

- Estudo e adaptação de práticas e tecnologias inovadoras em Agricultura Familiar (AF) na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, às escalas local, regional e nacional;
- Investigação de novos métodos e tecnologias que facilitem o trabalho nas explorações agrícolas e permitam um melhor uso dos recursos naturais através das práticas da agroecologia;
- Elaboração de propostas para a utilização de fontes de energia renovável;
- Valorização dos subprodutos e da economia circular ao nível das explorações familiares;
- Identificação e estudo de medidas de facilitação do acesso à terra por AF e seguimento das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da Terra;
- Desenvolvimento e adaptação de ferramentas de apoio à transição digital em explorações de pequena dimensão e agroecológicas.

AFIRMAR O MODELO AGROECOLÓGICO . COMO CONCRETIZAR ?

- Produção de conhecimento sobre iniciativas de processos de transição agroecológica e o seu reconhecimento na AF;
- Sistematização e avaliação dos serviços do ecossistema prestados pela agroecologia e pela AF;
- Avaliação de custo-benefício a curto, médio e longo prazo, da transição agroecológica de agricultores familiares, dos territórios e do País.



CONHECIMENTO TRADICIONAL E CULTURAL . COMO CONCRETIZAR ?

▶ Pesquisa de práticas e saberes tradicionais que preservam e valorizam a qualidade dos recursos água e solo, biodiversidade e proteção de património genético vegetal, animal e da paisagem;

▶ Levantamento e implementação de estratégias de valorização de variedades e espécies tradicionais de plantas cultivadas.

SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS . COMO CONCRETIZAR ?

▶ Desenvolvimento de novos modelos de gestão e implementação de Circuitos Curtos Agroalimentares baseados em práticas agroecológicas que permitam preservar os produtos agrícolas locais através de mecanismos de diversificação económica (e.x. turismo rural, turismo gastronómico), salvaguardando a segurança alimentar, o respeito pelo ambiente, a rastreabilidade, a logística, e os novos consumos;

▶ Desenvolvimento de estratégias de promoção dos produtos e serviços da agricultura familiar de âmbito nacional e regional;

▶ Estudo e avaliação de processos de transformação e conservação agroalimentar de cariz tradicional e artesanal, que promovam a valorização de recursos, produtos e usos tradicionais, e que diversifiquem fontes de rendimento dos agricultores familiares;

▶ Avaliação da viabilidade e modelos de implementação de pequenas unidades locais de transformação e processamento de produtos da AF. Estudo da valorização da AF relativamente ao seu papel na preservação dos territórios e da paisagem e na redução da desertificação e risco de incêndios florestais.

II. PARTILHA E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO

O envelhecimento da população activa no sector agrícola, a iliteracia digital associada e também as escassas infraestruturas a par da crescente utilização destes meios de comunicação são um problema de relevo para a Agricultura Familiar. Seja na comunicação com a tutela e os diversos organismos, com a investigação e desenvolvimento e na partilha entre agricultores. Assim, garantir o acesso à informação rigorosa e actualizada é um direito e um desafio para este modelo de agricultura.

Esta é uma das razões da existência do CeCAFA.

A estratégia da Agenda 22/30 passa pelo estudo e definição de metodologias de transferência de conhecimento e capacitação dos agricultores familiares que melhor se apliquem à realidade, nomeadamente ao nível do **modelo organizacional e de gestão** da exploração e das novas **oportunidades e soluções tecnológicas** (eficiência energética, economia circular e adaptação/ mitigação às alterações climáticas), das **técnicas e princípios agroecológicos** e da sua integração nos processos produtivos, de transformação e de comercialização, com especial atenção para as gerações mais jovens, da preservação e valorização dos **serviços dos ecossistemas** prestados pelas suas explorações e do **conhecimento** e diversidade biológica, tecnológica e **cultural tradicional** intergeracional, e sem esquecer as áreas dos sistemas alimentares sustentáveis e da cooperação ao nível.

Também ao nível da **cooperação e partilha** pretende-se que não se desenvolva exclusivamente ao nível nacional, mas também ao nível **regional e internacional**, com entidades que se dedicam à investigação, promoção, divulgação e capacitação dos agricultores/as familiares no âmbito dos princípios agroecológicos.

TRABALHO DE CAMPO . COMO CONCRETIZAR?

▶ Implementação de uma Rede de Centros de Demonstração/Laboratórios Vivos para demonstração de práticas agroecológicas, à escala nacional, para organização de dias de campo e roteiros temáticos (*Peer-to Peer learning*).

INTERNACIONAL . COMO CONCRETIZAR?

▶ Estabelecimento de Protocolos de colaboração com entidades nacionais e internacionais que desenvolvem atividades de experimentação e demonstração na área da Agroecologia.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO . COMO CONCRETIZAR?

▶ Realização de ações de demonstração de novos equipamentos e tecnologias adaptados à pequena AF;

▶ Capacitação dos agricultores familiares e suas associações em técnicas de agroecologia e sua integração nos diferentes processos ecológicos e agronómicos;

▶ Capacitação dos agricultores familiares sobre a importância do associativismo e da melhoria da gestão/ organização produtiva das respetivas explorações;

▶ Desenvolvimento de projetos piloto de ação coletiva, envolvendo agricultores, consumidores, poder local e outros atores na construção de Circuitos Curtos Agroalimentares;

▶ Capacitação de diversos atores (produtores, consumidores, entidades (públicas e privadas) para a promoção e implementação, à escala local/regional, de redes de comercialização direta entre produtores agrícolas-consumidores (CCA);

▶ Desenvolvimento de processos de criação de pequenas unidades locais de transformação e processamento de produtos da AF;

▶ Divulgação e apoio a processos transformação e conservação agroalimentar de cariz tradicional e artesanal, que promovam a valorização de recursos, produtos e usos tradicionais, e que diversifiquem fontes de rendimento dos agricultores familiares.

DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO . COMO CONCRETIZAR?

▶ Produção de material audiovisual para a divulgação dos vários tipos de contributos da AF e da Agroecologia para a Sociedade;

▶ Promoção, junto das entidades competentes, da importância do estudo da agroecologia e da agricultura em diferentes sistemas e níveis de ensino, com vista à criação de vocações e valorização da AF e da Agroecologia;
Organização de seminários, workshops e outros eventos de partilha e transferência de conhecimento em torno de temas relacionados com a Agroecologia, Sistemas Participativos de Garantia, Transição Alimentar, Alterações Climáticas e Agricultura, Valorização da agrobiodiversidade, destinadas a públicos específicos, em colaboração com entidades locais/regionais (autarquias, cooperativas agrícolas, Direções Regionais de Agricultura, Associações de Desenvolvimento Local, ...);

▶ Sensibilização de autarquias, IPSS, escolas e outras entidades responsáveis pelo abastecimento de cantinas/refeitórios para as vantagens do abastecimento com base na produção local e venda direta (Circuitos Curtos Agroalimentares/Restauração Coletiva);

▶ Sensibilização da população em geral para o papel e valor da AF na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, na segurança alimentar e na preservação dos serviços de ecossistema;

▶ Reforço da imagem da agricultura e dos agricultores junto dos jovens através da realização de ações de animação nas escolas do ensino básico e secundário destinadas a alunos e professores;

▶ Promoção da AF enquanto impulsionadora de sistemas alimentares de reconhecido mérito que são a base da "Dieta Mediterrânica".



III. AVALIAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E CONTRIBUTOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O trabalho a desenvolver pelo CeCAFA pretende constituir um contributo para a **avaliação e monitorização das Políticas Públicas** em vigor. Para tal terão de se considerar procedimentos para a recolha de dados que permitam uma monitorização da realidade da agricultura familiar em Portugal e do impacto das políticas públicas. Área de extrema relevância é a aplicação deste procedimento, por exemplo pela recolha de dados, que permita a **definição do conceito de rendimento justo para os agricultores/as familiares**, através do Mercado, das políticas e das dinâmicas e programas locais/nacionais.

DADOS . COMO CONCRETIZAR?

- Recolha, sistematização, tratamento e publicação de dados sobre a realidade da agroecologia e da AF em Portugal, através de plataforma colaborativa;
- Recolha de dados que permitam uma avaliação da remuneração dos agricultores/as familiares, nas diferentes cadeias de valor e diferentes mercados;
- Criação e disponibilização de uma base de dados com a rentabilidade de atividades agrícolas em sistemas de produção agroecológicos;
- Criação de base de dados de boas práticas/inovações.

AVALIAR E MONITORIZAR . COMO CONCRETIZAR?

- Avaliação das dinâmicas coletivas em torno da agroecologia e da AF ao nível local, regional e nacional;
- Monitorização da transição para a agroecologia.

FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS DE POLÍTICA PÚBLICA . COMO CONCRETIZAR?

- Formulação de propostas para novas medidas de políticas públicas que promovam o reconhecimento e valorização da AF e da Agroecologia, nomeadamente, dos Circuitos Curtos Agroalimentares na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis;
- Medidas compensatórias da função da AF nos territórios e seu contributo para contrariar o abandono dos territórios e o risco de incêndios florestais;
- Promoção da criação de seguros mutualistas de cobertura de riscos não cobertos por seguros de colheita ou de cobertura de imparidades.



IV. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ENTRE AS PARTES INTERESSADAS (GOVERNANÇA)

Por último, importa garantir uma boa governança de todo o processo quer pela **criação e reforço de dinâmicas coletivas** em torno da agricultura familiar, da agroecologia e dos sistemas alimentares sustentáveis ao nível local e nacional, quer pela promoção dos Circuitos Curtos de Comercialização de produtos Agroalimentares baseados em práticas Agroecológicas, com garantia de qualidade atestada com base no reconhecimento do sistema de garantia de qualidade "Sistemas Participativos de Garantia" (SPG), e com origem no universo da Agricultura Familiar, assim como na construção de sistemas alimentares sustentáveis e sua governança a nível local, regional e nacional.

PRODUÇÃO-CONSUMO . COMO CONCRETIZAR?

- Estudo de modelos de governança e de gestão para abastecimento de cantinas públicas por produtores locais;
- Identificação de processos conducentes à melhoria da eficiência de gestão e implementação de Circuitos Curtos Agroalimentares baseados em práticas agroecológicas e cuja qualidade seja assegurada pelo Sistema Participativo de Garantia;
- Realização de campanhas nacionais de sensibilização para o consumo de produtos da agricultura familiar.

INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO . COMO CONCRETIZAR?

- Promoção de ecossistemas de conhecimento e inovação através de parcerias com diferentes instituições nacionais e internacionais;
- Articulação e desenvolvimento de agendas comuns de investigação e inovação com outros Centros de Competências que sejam relevantes para o desenvolvimento da AF e da adoção das práticas da agroecologia.

POLÍTICA PÚBLICA E TERRITÓRIO . COMO CONCRETIZAR?

- Integração da Agroecologia e da AF nos planos de ordenamento da paisagem;
- Apoiar as entidades locais na criação de bio-regiões e outros modelos de desenvolvimento dos territórios.





Conclusão

O reconhecimento da necessidade de valorizar os agricultores familiares e os múltiplos papéis que desempenham na sociedade e de desenvolver políticas económicas, ambientais e sociais para o seu fortalecimento, levou a um progressivo reconhecimento nacional e internacional desta condição (ex. ONU – 2014 - Ano Internacional da Agricultura Familiar e 2019-2028 como a Década da Agricultura Familiar; contributo para os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável, para as metas do Acordo de Paris, assim como dos objectivos da Estratégia do Prado ao Prato).
A par da relevância que têm dado à Agricultura Familiar, as Nações Unidas têm também promovido a agroecologia, enquanto abordagem integrada e holística ao sistema agrícola e alimentar, que reforça a conectividade entre o ambiente e a sociedade.

Para tal é preciso inverter o rumo de diminuição acentuada do número de explorações familiares em Portugal, particularmente das de menor dimensão[2], que se traduz na perda de uma vasta gama de benefícios acima reconhecido.

A Agenda 22/30 do CeCAFA pretende inverter esta tendência potenciando os rendimentos dos agricultores e relocalizando o consumo e transformação próximo da produção de rendimento com mais conhecimento, investigação, inovação, tecnologia e partilha.

Bibliografia

CeCAFA, @ 2021 – "Protocolo de constituição do CeCAFA", homologado pela Sra Ministra da Agricultura a 28 de Dezembro de 2021. Consultado a 25 de Maio de 2022 https://inovacao.rederural.gov.pt/centros-de-competencias

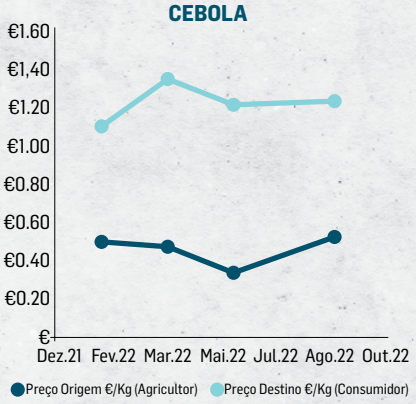
CeCAFA, @ 2022 – Agenda de Investigação e Inovação 2022/2030, de 26 de Maio de 2022. Apresentado publicamente a 28 de Junho de 2022, em Coimbra. Documento consultado a 28 de Junho de 2022.



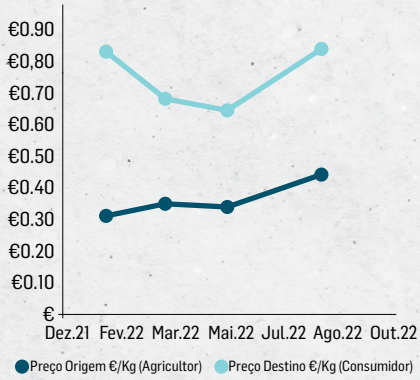
[2] Em Portugal, entre 1989 e 2019, mais de metade do número total das explorações agrícolas com menos de 5 ha deixou de existir (INE, Recenseamento agrícola – séries históricas, 2021).

BOLETIM DE PREÇOS

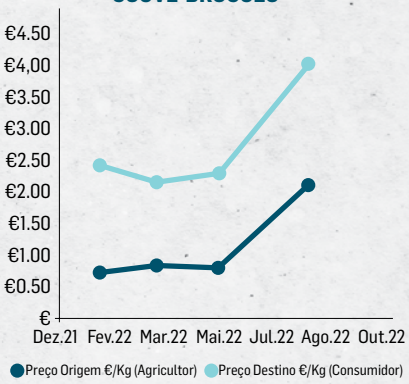
CEBOLA



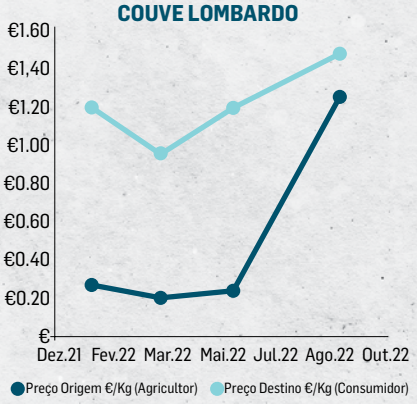
CENOURA



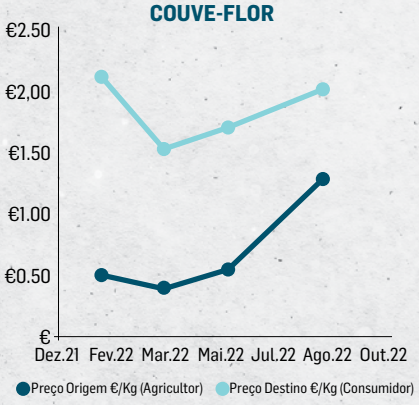
COUVE-BRÓCULO



COUVE LOMBARDO



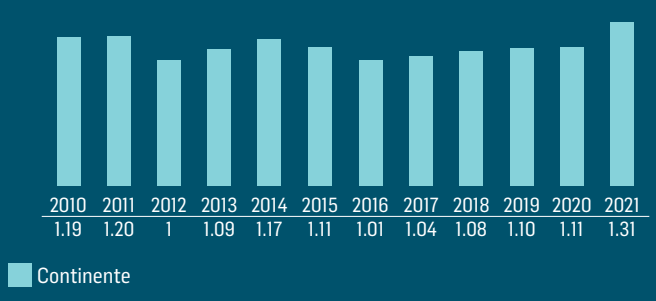
COUVE-FLOR





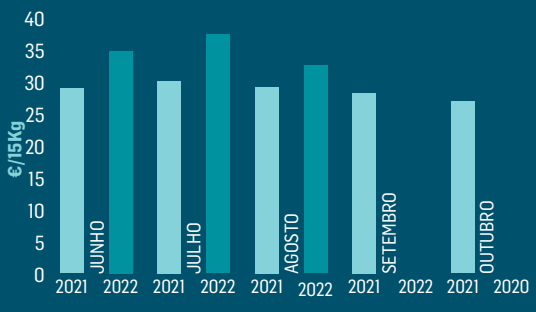
Fonte dos preços na Origem: Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA)/GPP;
Fonte dos preços no Destino: Consulta a vários pontos de venda/grandes superfícies.

PREÇO MÉDIO DA RESINA NACIONAL À ENTRADA DA FÁBRICA (€/ KG)



FONTE: INE
(https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001152&contexto=bd&selTab=tab2)

COTAÇÕES MÉDIAS DE CORTIÇA AMADIA EM PILHA

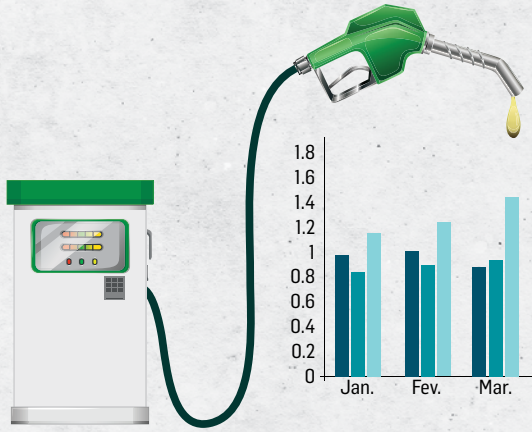


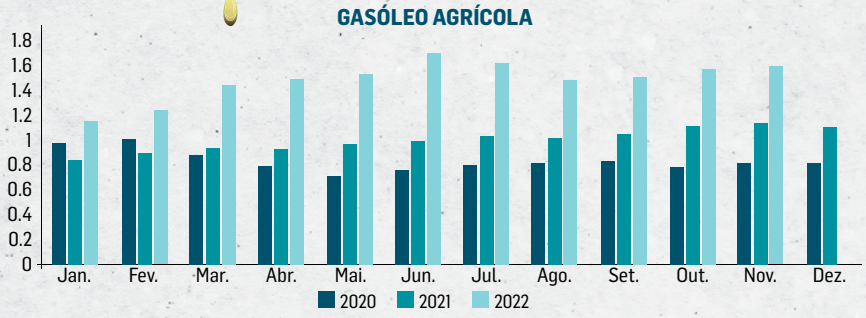
Em Setembro e Outubro de 2022 não se registaram cotações de cortiça devido às condições climatológicas que dificultaram a extração e a qualidade do produto.

Nota: Neste Boletim de Preços faz-se uma análise à evolução dos preços num período mais largo: produtos agrícolas no ano 2022, produtos florestais resina na última década e na cortiça com a comparação de meses dos anos 2021 e 2022.

Co-financiado por:
PDR2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas Zonas Rurais

PREÇOS DOS FACTORES DE PRODUÇÃO





Fonte: Portal Preços dos Combustíveis Online/Direcção-Geral de Energia e Geologia

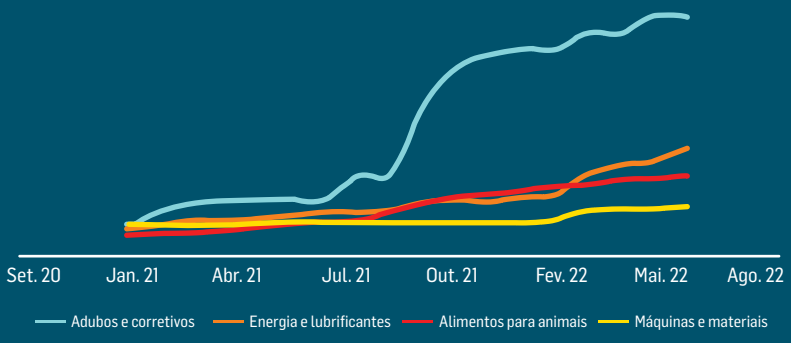
+ 330€/T
ADUBOS
(VINHA, AMENDOAL, OLIVAL)
2021-2022

+ 260€/T
RAÇÕES
(ENGORDA) (1)
2021-2022

+ 550€/T
FERTILIZANTES
(CEREAIS) (1)
2021-2022

+ 59,34€
CUVETES (500G)
EMBALPOM 1280 UNI(MPB MIRTILO) (2)
2021-2022

+ 10 000€
MÁQUINAS AGRÍCOLA
(TRACTORES) (1)
2021-2022



+ 21,25€/25KG OU +0,85€/KG
SULFATO DE POTÁSSIO
(MPB MIRTILO) (2)
2021-2022

+ 28,40€/20L OU +1,42€/L
TERRAPLUS FLUID 10-2-3
(MPB MIRTILO) (2)
2021-2022

Origem dos dados:
• Gráfico – Fonte: Índice de preços dos meios de produção na agricultura (100=2015), Boletim Mensal da Agricultura e Pescas – Outubro 2022, Q10 – INE, 2022;
• Outros dados recolhidos a 28 de Outubro de 2022 (1) Exploração Familiar | Policultural – Mogadouro e (2) Exploração Familiar Mirtilo em Modo de Produção Biológico – Cinfães "



Resumo da resolução do 9º Congresso da CNA

AS PROPOSTAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PORTUGUESA

Transcreve-se parte da Resolução do 9º Congresso da CNA, texto aprovado por unanimidade. Pode consultar o documento na totalidade em https://www.cna.pt/.

1. RENDIMENTO, PREÇOS E MEDIDAS DE APOIO

As condições de escoamento dos produtos e os preços pagos à produção continuam a ser elementos fundamentais para os rendimentos dos pequenos e médios Agricultores. A formação dos preços ao produtor no sector agrícola e florestal continua a ser ditada pelas grandes empresas da distribuição, ou pela indústria, e não tem em conta os custos reais que os produtores têm na produção dos bens.

A distribuição da riqueza gerada ao longo da cadeia de valor nas várias fileiras está deveras enviesada e a crescente desregulação dos mercados tem favorecido ainda mais a concentração dessa riqueza nos elos a jusante da produção nomeadamente nas grandes empresas da distribuição agroalimentar.

Os últimos três anos têm sido muito difíceis para os agricultores, principalmente para os pequenos e médios. Em 2020, devido à situação de pandemia provocada pela COVID-19 e das medidas implementadas para a mitigar, milhares de agricultores familiares ficaram, de um dia para outro, sem qualquer forma de escoar os seus produtos e casos houve em que foram impedidos de trabalhar as suas terras. A resposta do Governo, sempre mais preocupado com o controlo do dé-

fice das contas públicas, mais uma vez, tardou em chegar. O apoio aos agricultores revelou-se deveras insuficiente, não obstante o Ministério da Agricultura ter anunciado milhões de euros de apoios de ajudas que já existiam e que de extraordinárias nada tinham.

Um outro problema que tem afectado muito o rendimento dos agricultores e produtores florestais é o aumento dos preços dos factores de produção. A escalada de preços, muitas vezes especulativa, começou em 2021 e agravou-se com a guerra na Ucrânia e com as sanções. Tudo o que os agricultores precisam para produzir está muito mais caro: o gasóleo agrícola, que no início de 2021 rondava os 80 cêntimos por litro, este ano já ultrapassou um euro e oitenta, os fertilizantes aumentaram (em alguns casos) 300%, os pesticidas 200% e as rações para animais, devido aos aumentos dos preços dos cereais, estão a preços proibitivos, os preços da electricidade e do gás também contribuíram para a referida perda de rendimento.

É certo que alguns destes aumentos resultam da escassez de matéria-prima, mas até pelos lucros anunciados, por exemplo, pelas empresas ligadas ao sector energético, grande parte desta escalada resulta de uma actividade especulativa que, nos tempos que vivemos, se torna inqualificável. A esta situação, o Governo português assiste impávido e sereno, e, mesmo as medidas que toma são fracas e insuficientes.

Como se já não bastasse, os agricultores sofreram ainda com a situação de seca extrema que assolou o nosso País desde o início do ano hidrológico de 2021/2022. O impacto está a ser enorme levando à perda de produção em muitos subsectores ou ao aumento dos custos, por exemplo na pecuária,



devido à necessidade de maior suplementação alimentar dos animais, adquirida a preços bem mais altos que o normal. A resposta do Governo foi mais do mesmo, anúncios e mais anúncios, como por exemplo o anúncio feito logo em Janeiro de 2022 para a criação de uma medida ao nível do PDR2020 para mitigar os efeitos da seca. Mais tarde essa medida passou a destinar-se para mitigar os efeitos da guerra na Ucrânia, agora anuncia-se para os efeitos da crise em geral, mas ainda nem sequer há legislação para que os agricultores se possam candidatar. Também neste aspecto a resposta terá de ser diferente. Os apoios não podem tardar e devem chegar de forma desburocratizada a quem mais precisa, que são as pequenas e médias explorações.

> *A escalada de preços, muitas vezes especulativa, começou em 2021 e agravou-se com a guerra na Ucrânia e com as sanções. Tudo o que os agricultores precisam para produzir está muito mais caro.*

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL

O défice da balança comercial dos Produtos Agrícolas e agroalimentares (excepto bebidas) voltou a aumentar em 2021 atingindo um total de 3 845,9 milhões de euros, um aumento de 401,6 milhões de euros face ao ano anterior. Os cereais foram o grupo que mais contribuiu para esta evolução, registando um aumento do défice de 154,6 milhões de euros, continuando a apresentar o 2º maior défice, só ultrapassado pelo subsector da carne.

A resposta tem de residir na produção para alimentar a nossa população, reduzir défices e produzir e consumir localmente, premissas que esbarram na actual organização do mercado onde se dá toda a primazia às grandes multinacionais do agronegócio e onde os agricultores continuam a ser relegados a meros produtores de matéria-prima ao mais baixo preço possível.

A CNA continuará a reafirmar que a Agricultura e os alimentos deverão estar fora da OMC – Orga-

nização Mundial do Comércio e de todos os tratados bilaterais e multilaterais de comércio.

3. NOVA PAC E PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL

Todos as críticas feitas durante a longa discussão do que seria a PAC pós 2020 vieram a confirmar-se com o acordo final e agravaram-se com a apresentação e aprovação do Plano Estratégico para a aplicação da PAC – PEPAC – a partir de 2023 elaborado pelo Governo.

Esta nova PAC continuará o caminho da liberalização total dos mercados, continuará a distribuir ajudas sem obrigatoriedade de produzir e de forma muito desigual (os grandes e muito grandes agricultores vão continuar a ser os mais privilegiados), continuará a aumentar as assimetrias entre países, regiões e agricultores. Assim, não se interrompem décadas de implementação de uma política que tem levado à ruína milhares de agricultores familiares. Desde que a PAC é aplicada em Portugal foram eliminadas mais de 400 mil explorações (em particular as mais pequenas).

4. FLORESTA

O sector Florestal é de enorme importância estratégica para o desenvolvimento do nosso País seja ele na vertente económica, ambiental e mesmo social. Os desafios são inúmeros, no entanto o facto é que para além de uma avalanche legislativa, pouco ou nada mudou na floresta portuguesa desde o último Congresso da CNA. É certo que, neste sector em particular, as mudanças demoram a produzir efeitos, mas o que se observa é que se mudou a estrutura governativa, a tutela das Florestas foi retirada do Ministério da Agricultura para estar agregada ao Ministério do Ambiente, mas o rumo continua a ser o mesmo: apoio incondicional às grandes empresas do sector e esmagamento e eliminação dos pequenos proprietários.



Face à Lei dos Baldios, que continuaremos a defender, a defesa da autogestão e dos meios para a sua concretização e a exigência de respeito por parte das entidades do sector, desde logo o ICNF, continuará a ser uma linha de trabalho futura.

> *"Esta nova PAC continuará o caminho da liberalização total dos mercados, continuará a distribuir ajudas sem obrigatoriedade de produzir e de forma muito desigual (os grandes e muito grandes agricultores vão continuar a ser os mais privilegiados).*

5. AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os fenómenos climáticos extremos são cada vez mais frequentes por isso deve ser posta em prática uma verdadeira política ambiental que contribua para a preservação do meio ambiente, por um lado, que promova activamente a mitigação dos efeitos das alterações climáticas por outro, e ainda que apoie os agricultores e proprietários florestais pelos prejuízos causados quando estes fenómenos ocorrem.

Do ponto de vista ambiental importa desde logo ter em consideração os modelos de produção e comercialização de bens e produtos da Agricultura Familiar, das pequenas e das médias explorações, já que estas dão um contributo essencial ao combate e mitigação das alterações climáticas.

6. INOVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Impõe-se orientar a investigação e desenvolvimento para explorações de minifúndio e para a Agricultura Familiar, a própria transferência de conhecimento terá de ser reorientada para estas explorações.

7. VALORIZAÇÃO DA MULHER AGRICULTORA

Se os tempos têm sido difíceis para os agricultores, mais difíceis são quando são mulheres. O trabalho das mulheres (no campo, em casa e na vida) é muitas vezes tornado invisível e por isso muito precarizado, com enormes impactos na garantia de uma vida digna.

Se se tiver em conta a política agrícola aplicada em Portugal, que na realidade emana da aplicação da PAC, verifica-se que não existem medidas específicas que tenham presente as dificuldades e necessidades das mulheres agricultoras e rurais e das suas famílias, nem que contribuam para a igualdade de género.

8. PREJUÍZOS CAUSADOS POR ANIMAIS SELVAGENS

Por todo o território os prejuízos causados por animais selvagens, nomeadamente os javalis, continuam a causar perdas muito significativas todos os anos.

Urge: a atribuição atempada, pelo Governo, de "indemnizações" pelos prejuízos provocados por animais selvagens à Agricultura Familiar.

9. CONCRETIZAÇÃO DO ESTATUTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A CNA, que foi pioneira com a sua proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa, conta com cada vez mais apoios de diversos sectores e dos consumidores e, num crescente movimento pelo reconhecimento da sua importância, da necessidade duma alimentação de proximidade, com os nossos produtos, em defesa do nosso património e da nossa Soberania Alimentar, continuará uma acção militante e reivindicativa até à consagração dum Estatuto da Agricultura Familiar que satisfaça as necessidades e aspirações de quem com o seu trabalho alimenta as populações e promove a Soberania Alimentar.

10. ALIANÇAS DA CNA E PERSPECTIVA DE LUTA SEMPRE COM OS AGRICULTORES!

Aos Agricultores portugueses está colocada, hoje como sempre, a tarefa de cultivarem a terra, de cuidarem dos seus animais, de gerirem a floresta, mas sobretudo a exigência de reclamarem pela defesa e salvação da agricultura nacional. A situação é de emergência. Os agricultores têm de tomar nas suas mãos estes trabalhos de levá-los de vencida!

A vida provou que os diversos Governos só entendem a voz da luta organizada, e os agricultores sabem que foi sempre com a sua luta, em convergência com muitos outros, que defenderam os seus sagrados direitos, evitaram retrocessos e conquistaram novos caminhos.

No contexto do Movimento Associativo Agro-Rural Português, desde há muito que a CNA definiu como aliado natural e prioritário o Sector Cooperativo Agrícola, avaliação que se deve manter. Desde logo porque, em muitas situações concretas, os Agricultores e sócios das Filiadas da CNA também são simultaneamente sócios das Cooperativas dos diversos sectores.

> *"A vida provou que os diversos Governos só entendem a voz da luta organizada, e os agricultores sabem que foi sempre com a sua luta, em convergência com muitos outros, que defenderam os seus sagrados direitos.*

A nível internacional, a CNA vai continuar a inserir a sua acção na Via Campesina (LVC) movimento mundial de agricultores e na Coordenadora Europeia Via Campesina, enquanto estrutura europeia da LVC, contribuindo para a unidade da luta camponesa internacional.

O que nos tem movido durante estes quase 45 anos de vida é a defesa dos pequenos e médios agricultores, a valorização da Agricultura Familiar e, a partir daí, o desenvolvimento do País. Foram estas lutas e estes desígnios que nos trouxeram até aqui, que fizeram da CNA aquilo que ela é hoje, uma força reconhecida, no País e fora dele, uma organização que congrega dezenas de Federações e Associações de Agricultores, de Produtores Florestais, de Compartes dos Baldios e Associações de Desenvolvimento Rural, que representa milhares de agricultores e agricultoras portugueses.

O desenvolvimento do Mundo Rural e do País depende de uma alteração profunda do rumo seguido nas últimas décadas, é por isso que se afirma, neste 9º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar, que caso a situação não melhore para os pequenos e médios agricultores, se os governantes não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações, a CNA e Filiadas, sempre com os Agricultores, estarão na rua, como temos estado, em acções de protesto e reclamação, em luta pelo direito à terra que trabalhamos e pelo direito à justa remuneração das nossas produções.



Assembleia Geral da ECVC

REÚNE DEZENAS DE ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS EM PORTUGAL

A ECVC – Coordenadora Europeia da Via Campesina, da qual a CNA é a organização portuguesa membro, a par com outras 40 organizações de 23 países da Europa, reuniu a sua Assembleia Geral em Viseu entre os dias 4 e 7 de Novembro.

Esta Assembleia Geral debateu as questões mais importantes que se colocam aos pequenos e médios agricultores europeus, aprovou o Plano Estratégico da ECVC para os anos de 2022 a 2027, bem como as 12 Medidas Urgentes contidas no Manifesto Pela Transição Agrícola Para Enfrentar as Crises Climáticas e Sistémicas.

No debate sobre a situação da agricultura, foram muitos os problemas comuns levantados por várias organizações. Os aumentos dos custos dos factores de produção são transversais a toda a Europa e colocam muitos agricultores em graves dificuldades. A par deste grave problema, foram relatadas as consequências nefastas da concentração da terra, da industrialização da agricultura, da expansão de usos não agrícolas em terras férteis (nomeadamente para fins energéticos ou plantações de espécies silvícolas de crescimento rápido), das dificuldades no acesso à água, do abandono do meio rural, da ditadura do grande comércio ou das alterações climáticas. Consequências negativas para as quais em muito contribui a PAC – Política Agrícola Comum.

Por isso, no Manifesto aprovado, a ECVC defende uma alteração profunda na agricultura europeia, com a duplicação do número actual de pequenos e médios agricultores, garantindo o acesso à terra e a renovação geracional, defendendo as sementes, a biodiversidade, as práticas agroecológicas, a alimentação de qualidade com base local, o desmantelamento da agricultura industrializada e a proibição de tecnologias e práticas nocivas.

Foram também debatidos temas sectoriais, como o da criação de gado na Europa, apontando para a valorização dos sistemas sustentáveis, inclusivamente tendo em conta a sua importância ambiental e na ocupação do território.

Nos dias que antecederam esta Assembleia Geral, os Grupos de Trabalho da ECVC para os Jovens e para as Mulheres tiveram encontros na Galiza, para debater problemas específicos das mulheres e jovens agricultores. A Assembleia Geral elegeu ainda novos membros para o seu Comité Coordenador, e aprovou a admissão de uma organização de pequenos agricultores croatas.

DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS CONTRIBUEM PARA O SUCESSO DO 9.º CONGRESSO DA CNA

As dezenas de delegados na Assembleia Geral da ECVC estiveram também presentes na sessão da manhã do 9º Congresso da CNA. Morgan Ody, agricultora francesa, membro do Comité Coordenador da ECVC e Coordenadora-Geral da Via Campesina Internacional, interveio nesta sessão. Este foi um momento alto deste 9º Congresso, um momento de comunhão e solidariedade muito valorizado quer pelos participantes no Congresso, quer pelos delegados à Assembleia Geral da ECVC. O entusiasmo recíproco é um elemento valorizador da luta das agricultoras e agricultores em cada um dos países.



APROVADA POR UNANIMIDADE A Proclamação das 12 Medidas Urgentes PARA DEFENDER A PRODUÇÃO NACIONAL

A agricultura portuguesa, em particular os pequenos e médios agricultores familiares, bem como as florestas e os baldios, encontram-se numa situação de agravamento dos problemas com que se vêm debatendo há décadas.

O encerramento de milhares de explorações, a desertificação dos territórios rurais, a degradação das florestas, continuam a marcar esta evolução profundamente negativa, com raízes nas opções políticas tomadas pelos governos do país, mas também nas consequências negativas de uma PAC – Política Agrícola Comum – ao serviço do grande agronegócio europeu.

A degradação da situação acelerou vertiginosamente com os aumentos brutais dos preços dos factores de produção (combustíveis, energia, fertilizantes, fitofármacos, rações e sementes), que se fazem sentir desde o último trimestre do ano passado. À especulação desencadeada pelas grandes corporações multinacionais, vieram juntar-se as consequências da guerra, das sanções económicas e da seca.

Contudo, estamos perante problemas que têm solução. Há medidas urgentes e estruturais para serem tomadas. Elas apenas dependem das opções políticas dos governos. Cabe aos agricultores, aos produtores florestais, em particular aos pequenos e médios, aos compartes dos baldios, lutar e reclamar pela aplicação urgente destas medidas. E que estas sejam implementadas tendo como norte a concretização da Soberania Alimentar em Portugal, a defesa da produção nacional, agrícola e florestal, a defesa dos pequenos e médios agricultores e produtores florestais, a defesa do meio rural.

Desta forma, perante a difícil situação, o 9.º Congresso da CNA aprovou a proclamação das 12 medidas urgentes e estruturais que defendem a produção nacional, a agricultura, as florestas e o meio rural e reclamou a imediata concretização das respectivas medidas:

PROCLAMAÇÃO

1. Defender a produção com escoamento a preços justos:
- **a.** Proibir a venda com prejuízos ao longo de toda a cadeia agroalimentar;
- **b.** Implementar programa de compras públicas de produtos locais e da agricultura familiar;
- **c.** Promover os mercados locais e circuitos curtos de comercialização;
- **d.** Regular e fiscalizar a grande distribuição.

2. Combater os elevados custos dos factores de produção:
- **a.** Regular preços de energia e combustíveis;
- **b.** Aumentar descontos no gasóleo e electricidade verde;
- **c.** Intervir nos mercados de fertilizantes, fitofármacos, sementes e alimentação animal.

3. Uma aplicação da PAC mais justa para os pequenos e médios agricultores:
- **a.** Revogar o corte no regime da pequena agricultura;
- **b.** Implementar ecorregimes e medidas agroambientais adaptadas à pequena e média agricultura.

4. Concretizar plenamente o Estatuto da Agricultura Familiar:

5. Combater os prejuízos provocados por animais selvagens:
- **a.** Indemnizar os agricultores pelos prejuízos com javalis, herbívoros de grande porte, lobos e cães assilvestrados;
- **b.** Promover medidas de controlo das populações de animais selvagens.

6. Defender a floresta e os baldios:
- **a.** Promover preços justos para a madeira e a cortiça;
- **b.** Apoiar a floresta multifuncional e de uso múltiplo;
- **c.** Defender a natureza comunitária dos baldios;
- **d.** Acabar com a discriminação dos baldios no acesso a apoios.

7. Concretizar as eleições na Casa do Douro, devolvendo-a aos viticultores durienses.

8. Aumentar a produção nacional, diminuir a dependência externa:
- **a.** Aumentar a produção de cereais;
- **b.** Apoiar os sistemas produtivos mais bem-adaptados a cada região.

9. Defender o acesso à terra e o rejuvenescimento da agricultura:
- **a.** Combater a concentração da terra e a especulação em torno de usos não agrícolas;
- **b.** Combater a proliferação das monoculturas superintensivas;
- **c.** Garantir o acesso prioritário dos pequenos e médios agricultores à terra.



10. Mais e melhores serviços públicos nos territórios rurais:
- **a.** Centros de saúde;
- **b.** Escolas;
- **c.** Transportes públicos;
- **d.** Correios e telecomunicações;
- **e.** Apoio técnico aos agricultores.

11. Valorizar as mulheres agricultoras.

12. Um só Ministério para a Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Diz-nos a experiência de mais de quatro décadas que nada é oferecido aos pequenos e médios agricultores e produtores florestais. Pelo contrário, se dependesse apenas da vontade dos sucessivos governos, a situação dos pequenos e médios agricultores e produtores florestais, dos baldios, seria ainda pior.

É por isso que saímos deste Congresso com a certeza de que amanhã cá estaremos, cá estamos, na mobilização de todos os interessados nestes justos objectivos, em pequenas e grandes acções, exigindo a concretização destas medidas, essenciais para o futuro da agricultura, das florestas e dos baldios do país.

A CNA, as suas filiadas, os pequenos e médios agricultores, produtores florestais e compartes de baldios, reafirmam a sua disponibilidade para continuar e intensificar a luta pela Soberania Alimentar, pela produção nacional, em defesa das agricultoras e dos agricultores, por um mundo rural vivo!

GRANDIOSO 9.º CONGRESSO DA CNA



















CNA
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

















CNA E FILIADAS SEMPRE COM OS AGRICULTORES!